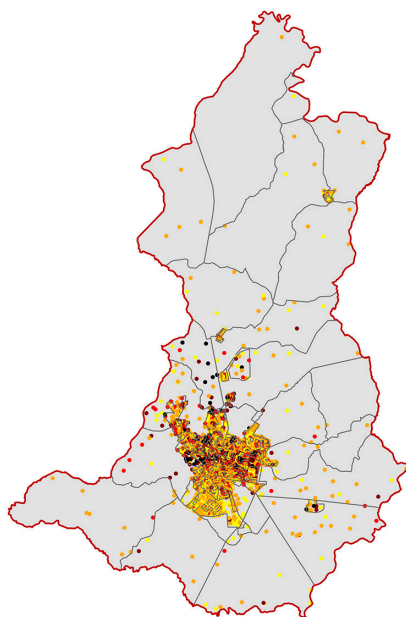


_editorial



— **A** parte” abre esse número com o projeto vencedor do concurso para o novo Bloco Didático do Instituto de Arquitetura e Urbanismo, pelo escritório Base Urbana. A criação projetual do novo Bloco Didático trouxe a oportunidade de uma reflexão que ultrapassa os limites da realização de um serviço projetual, transformando-se em uma ferramenta pedagógica, pela qual o pensar e o fazer estão expressos e explícitos no próprio processo de trabalho.

O primeiro artigo, “O Método Cartográfico no projeto da Arquitetura da Paisagem”, de Luciana Bongiovanni Martins Schenk e Maria Cecília Pedro Bom de Lima, traz uma reflexão teórica acerca do método cartográfico como estratégia para o processo de leitura da cidade e projeto em Arquitetura da Paisagem. As autoras discorrem sobre a relação histórica entre cartografia e paisagem, explicitando articulações entre ciência e arte, criticando métodos de desenvolvimento de projeto estritamente pragmáticos, que definem suas ações segundo uma visão de sobrevoo, pouco relacionada às especificidades do lugar.

Os artigos subsequentes colocam em evidência questões sobre segregação e contradições da regulação urbana em cidades brasileiras. O artigo de Jefferson Oliveira Goulart, “Enclaves fortificados e segregação urbana: a dinâmica contemporânea de urbanização de Ribeirão Preto”, analisa a difusão de enclaves fortificados (para moradia, lazer ou consumo) em Ribeirão Preto, ressaltando que o público desses espaços manifesta no medo do crime violento o principal motivo para o abandono do espaço público. O artigo de Gisela Cunha Viana Leonelli, Lais Candiotto Medeiros e Marla Jéssica Marinho, “Cardápio Legislativo: Opções e contradições da regulação urbana na produção de lotes nas capitais brasileiras”, discute qual o papel das legislações das capitais brasileiras para a produção do lote urbanizado na cidade intramuros, tendo em vista que os impactos negativos produzidos pela expansão urbana murada não tem revertido o avanço dos condomínios horizontais fechados. As autoras ressaltam

Figura: Município de São Carlos/ SP. Padrão 4 - Municípios onde os responsáveis pelos domicílios com rendas acima de 3 salários mínimos estão concentrados em setores longe dos centros tradicionais. Fonte: Jonathas Magalhães Pereira da Silva, Camila Galli Romera, Ana Carolina Vieira Gonçalves, 2016.

que as capitais brasileiras têm apresentado um cardápio legislativo sobre a produção de lotes urbanos, onde a regra é opcional e a flexibilização é a escolha.

Os artigos quarto e quinto desvendam as relações dos instrumentos urbanísticos e a promoção de habitação social, bem como a relação entre renda da população e forma urbana, respectivamente “Os primeiros resultados da aplicação da Cota de Solidariedade: como superar seus limites e desfrutar de suas oportunidades”, de Patrícia Cezario Silva e Igor Alves Borges, e “Transformação Forma Urbana e Localização de Renda: identificação de padrões nas cidades brasileiras”, de Jonathas Magalhães Pereira da Silva, Camila Galli Romera e Ana Carolina Vieira Gonçalves. O primeiro apresenta uma discussão sobre os limites do instrumento Cota de Solidariedade e o segundo demonstra as distintas formas de influência dos padrões de renda sobre a constituição da forma urbana e do sistema de espaços livres.

O último artigo, de Carolina Akemi Martins Morita e Ruy Sardinha Lopes, “Caminhos para uma apropriação em arquitetura: possibilidades de resistência e ruptura face ao capitalismo neoliberal”, põe em evidência a necessidade da compreensão do sentido do habitar como um diálogo entre a arquitetura, a cidade e a vida cotidiana, em busca de horizontes de resistência e de criação antissistêmica.

Ótima leitura!

Editores: Tomás Antonio Moreira e Francisco Sales Trajano Filho.